

INTERNATOS, ASILOS E INSTITUIÇÕES DISCIPLINARES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Alessandra Frota Martinez de Schueler

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPED/UERJ) e da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: alefrotaschueler@gmail.com

Na verdade, o Panopticon de Bentham não é um modelo de prisão, ou não é apenas um modelo de prisão; é um modelo, e Bentham diz isso muito claramente, para uma prisão, mas também para um hospital, para uma escola, uma oficina, uma instituição de órfãos, etc. É uma forma, eu já ia dizer, para toda instituição, digamos, mais simplesmente, para toda uma série de instituições. (FOUCAULT, 2006, p.92)

Pesquisas recentes sobre a história da educação brasileira demonstram que, desde o século XIX, em várias localidades do país, houve intensos debates sobre a implantação de uma rede de instituições públicas e particulares de educação, assistência, abrigo e/ou asilamento dos indivíduos. Projetos e iniciativas distintas trouxeram à baila discussões sobre a pertinência, ou não, de intervenção pedagógica sobre corpos de crianças, adultos, pobres, negros, índios e mulheres, num momento em que a *forma escolar* de educação ainda não tinha se afirmado na sociedade. Nesse movimento de debates e iniciativas concretas, possibilitado pela emergência de dispositivos disciplinares oficiais de normalização dos indivíduos e suas condutas, descortinavam-se as inter-relações entre os processos de estruturação do Estado e a constituição da instrução primária como direito, e dever, de cidadania, numa sociedade hierárquica, desigual e escravista (GONDRA & SCHUELER, 2008).

A construção dessa rede de instituições educativas assumiu modelos e formas diferenciadas, de acordo com as finalidades do ensino e com o público para o qual se destinava, não tendo sido um processo uniforme, homogêneo ou contínuo no território nacional. Além das escolas elementares, secundárias e superiores, outras instituições educativas se destacaram como instrumentos modelares para a promoção dos ideais de civilização, então almejados por parcelas das elites políticas e intelectuais, que disputaram projetos distintos de construção da nação e de formação do povo. Entre tais instituições, os asilos e internatos para as infâncias adquiriram

enorme relevância, na medida em que foram propostos em várias localidades do país, criados e disseminados por iniciativa de várias agências educativas (indivíduos, grupos, associações leigas e religiosas, igrejas e poderes públicos).

A invenção da *forma escolar moderna*, sem dúvida, estava associada ao processo de constituição da *infância* como categoria de análise das ciências naturais e das ciências humanas e sociais, em franca constituição nos oitocentos, e da sua progressiva institucionalização como objeto de intervenção do Estado e da sociedade, a partir de variadas políticas públicas e privadas de educação, assistência e filantropia sociais. Nesse aspecto, é preciso não confundir a constituição de um conceito abstrato de infância, presente nos discursos médicos, pedagógicos, jurídicos e religiosos, a partir do século XVI, com a diversidade e a pluralidade de representações, práticas e vivências em torno dos significados do ser criança e experimentar a vida como criança. Aos fatores relacionados às idades, estavam associados os papéis e desempenhos específicos que dependiam das relações de classe, etnia e gênero, nas quais se inseria a criança. Conceitos como *infância desvalida*, *infância abandonada*, *infância delinquente*, e os usos da categoria *menor*, emergiram, tendo sido elaborados nos processos de lutas e embates políticos, econômicos e culturais num determinado contexto histórico. A própria existência dessas adjetivações já apontava para as diferenças (e desigualdades) que envolviam o termo infância e para a diversidade de projetos e iniciativas educativas destinadas a sujeitos em condições plurais, e desiguais, da experiência humana.

A forma de educação asilar se constituiu em um dos equipamentos desenvolvidos para lidar com essa diversidade de sujeitos, pois no correr dos séculos XIX e XX houve a criação de internatos voltados para o atendimento da gente da “boa sociedade”, especialmente os colégios destinados às elites políticas e culturais, mas também para religiosos, crianças, idosos, desvalidos, mendigos, abandonados, infratores, alcoólatras, dependentes químicos, estudantes rurais, alienados, crianças portadoras de necessidades especiais e até mesmo para a formação de professores, como indica Rizzini (2004). A criação do modelo asilar vem sendo objeto de longas controvérsias, cujo legado chega aos dias atuais.

Paradoxalmente, o conhecimento sobre o processo histórico de constituição dos asilos e internatos na sociedade brasileira ainda permanece disperso, fragmentado e invisível, apesar dos esforços de produção, individuais e coletivos, que vêm sendo realizados por investigadores e grupos de pesquisa em História da Educação, no âmbito da graduação e dos programas de pós-graduação, disseminados por várias instituições acadêmicas do país. Trabalhos de pesquisa recentes sobre as instituições asilares destinadas às infâncias têm sido divulgados em congressos, seminários e eventos científicos da área, bem como em publicações especializadas. Porém, a

necessária socialização e troca acadêmica a respeito dos resultados das pesquisas realizadas vêm, ainda, esbarrando em dificuldades de difusão mais ampla, que viabilize efetiva circulação e intercomunicação entre os interessados na temática, bem como entre estudantes e professores de graduação e pós-graduação.

Nesse sentido, o presente dossiê temático organizado pela *Revista Contemporânea de Educação* tem o objetivo principal de reunir e socializar alguns estudos históricos sobre internatos e asilos, realizados por investigadores e professores, vinculados a diferentes grupos de pesquisa e programas de pós-graduação em Educação. Encontram-se aqui reunidos trabalhos que se caracterizam pela diversidade de abordagem teórico-metodológica, pluralidade dos recortes temporais e diferentes perspectivas de análise.

Abrindo a coletânea, o artigo de Irma Rizzini apresenta análise instigante a respeito da pesquisa historiográfica e das fontes históricas relativas aos internatos para crianças pobres no Brasil, problemática raramente abordada na historiografia. Partindo de investigações consolidadas sobre o tema, no qual a autora é, sem dúvida, referência indispensável na área, Rizzini reconstrói seu percurso com séries documentais diversas, perquirindo as potencialidades e os limites das fontes disponíveis para o historiador dos asilos e internatos. A leitura de seu texto remete a caminhos teórico-metodológicos inovadores, na medida em que nos induz a pensar sobre as margens, os espaços de fuga e deserção, as brechas inerentes a toda forma de poder disciplinar em exercício nas instituições (FOUCAULT, 2006, p.67). Ao contrário do quadro evolutivo que a historiografia clássica apresenta das instituições educacionais, a autora propõe investigar as modalidades relacionais, os jogos de poder entre os diversos sujeitos e os níveis hierárquicos, que estão envolvidos na sua criação e funcionamento. As fontes históricas são analisadas a partir da concepção de que os textos não têm autonomia para produzir representações desvinculadas dos processos sociais, políticos e culturais concretos que as geraram, e muito menos, das experiências dos sujeitos.

Experiências vividas pelas infâncias nas instituições asilares individualizam e produzem subjetividades singulares. Deixam marcas nos corpos e nas memórias, histórias inscritas e reelaboradas na vida adulta. O artigo de Ana Maria Melo Negrão analisa as repercussões, na *adulterz*, da educação recebida pelas acolhidas do *Asilo de Órfãs da Santa Casa de Misericórdia de Campinas*. Sob a direção das Irmãs de São José de Chambéry, o asilo foi fundado para amparar centenas de órfãs desvalidas, em razão da epidemia de febre amarela na cidade, em 1889. Em seu estudo, a autora investiga o ideal de formação desejado para as meninas, bem como persegue os destinos possíveis das asiladas, em sua maioria meninas negras, órfãs

excluídas de outras instituições de ensino. As fontes documentais oficiais são confrontadas e cruzadas com os relatos de memória e as trajetórias de vida de algumas egressas.

A proposta de criação dos asilos e internatos abarcou meninas e mulheres, e também meninos e homens, constituindo paradigmas e práticas discursivas sobre as relações sociais de gênero, os lugares e funções de homens e mulheres na sociedade oitocentista. Nesse sentido, instituições e agências plurais se dedicaram a educar e a internar corpos e indivíduos. O artigo de Beatriz Costa e Cunha discute o processo de criação do *Asylo dos Inválidos da Pátria*, em 1868, e as relações deste com o processo de institucionalização do exército na segunda metade do século XIX. Em seu estudo, a autora se dedica a identificar as forças que definiram a existência e o funcionamento da instituição, como, por exemplo, a participação fundamental da Associação Comercial da Corte. Destinada a abrigar e educar militares e órfãos de militares desvalidos, a criação da instituição se relacionou à expansão de modelo asilar de intervenção e assistencialismo que, então, se difundia internacionalmente, inclusive nas agências militares, *locus* tradicionais de formação e instrução profissional de meninos e homens, *salv guarda da pátria*.

A intervenção sobre os *desvalidos* da pátria também esteve presente na iniciativa das autoridades civis, no âmbito do Ministério do Império. Maria Zélia Maia de Souza analisa o treinamento para o trabalho manual empreendido pelo *Asilo de Meninos Desvalidos*, instituição educacional instalada na Corte, pelo Governo Imperial, em 1875. Em seu artigo, argumenta que a matrícula era facultada aos meninos identificados como pobres, entre 6 e 12 anos de idade, para quem se ministrava o ensino primário de primeiro e segundo graus e o ensino de ofícios mecânicos. A formação para o trabalho, as práticas de controle, disciplina e castigo sobre os corpos dos asilados emerge no manejo de fontes variadas, como relatórios dos diretores da instituição, cartas e ofícios de mães e familiares, inconformados com o tratamento digno de “*negros escravos*” conferido aos asilados. A autora defende a hipótese de que a formação para o trabalho, e a exploração dos meninos, era uma *estratégia* para a manutenção da ordem, da moralidade e da produtividade dos asilados, para que um dia se tornassem “*cidadãos úteis a si e à sua pátria*”.

As instituições destinadas para o acolhimento e disciplina da chamada “*infância desvalida*” se espalharam pelo país. O artigo de Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira analisa a criação e manutenção de um asilo na cidade de Santos, no final do século XIX. Nesta cidade, importante porto de comércio e imigração, discursos e práticas de higiene social, controle das doenças, epidemias, habitações e culturas populares emergiam como estratégias políticas de construção de paradigmas modernos de civilização e valorização ideológica do trabalho manual. Em Santos, a iniciativa da criação de um asilo para órfãos coube às elites judiciárias, comerciais e às

autoridades públicas locais, grandes beneficiários da política de educação asilar. As vantagens auferidas pelos vários segmentos são analisadas no texto, no qual a autora opera a partir de fontes variadas, como documentos institucionais, além de jornais, almanaques e impressos produzidos sobre a cidade no período.

Deslocando a atenção dos discursos sobre a cidade, o trabalho e a ordem urbana, José Claudio Sooma Silva nos surpreende com a “*invenção do cotidiano*”, tomando de empréstimo o sentido da expressão, consagrado por Michel de Certeau. No artigo, o autor analisa relações estabelecidas entre as estratégias disciplinares e uma rotina de surpresas presentes no aparato institucional do *Instituto Profissional João Alfredo* (antigo *Asilo dos Meninos Desvalidos*, criado em 1875, ainda no Império), na capital da República. Pela sua narrativa instigante, conhecemos desvios, acasos, subversões hierárquicas – as *margens no e do sistema disciplinar* –, nos quais a infância masculina, “pobre e órfã”, se apresenta em facetas distintas. Como foco de análise, o autor utiliza um processo administrativo, instaurado contra o inspetor-chefe de alunos, nos anos de 1919 e 1920, demonstrando a potencialidade e a riqueza desse tipo de documentação para o estudo sobre as práticas e as experiências educativas em situação asilar.

O diálogo entre passado e presente é intensificado pela riquíssima pesquisa de campo apresentada por Marcos Antonio da Costa Santos. No seu artigo, o pesquisador nos desafia com a complexidade da experiência de viver e de *ser*, simultaneamente, sujeito e objeto de investigação, elidindo, de uma vez por todas, a ilusão positivista, que tradicionalmente visou afastar essas dimensões indissociáveis da produção do conhecimento científico.

O campo da pesquisa é uma das escolas públicas que funcionam no interior do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro, especificamente no *Instituto Padre Severino*. Marcos Antonio da Costa Santos analisa a formação da cultura escolar em espaços de privação de liberdade, considerando a participação dos jovens internos na configuração das práticas de escolarização e as relações tensas e contraditórias, que são travadas entre as duas instituições, a escola e o sistema socioeducativo. Apresenta os mecanismos de institucionalização dessa cultura escolar através do projeto político-pedagógico e das representações que os internos elaboram sobre a escola. O autor caracteriza a instituição socioeducativa como uma *instituição total*, que disputa o caráter disciplinar com a escola, impondo a ela o seu funcionamento e opondo também dificuldades na dinâmica disciplina-repressão. Mais do que isso, seu artigo permite pensar na pertinência da hipótese, há muito aventada por Michel Foucault, para quem a escola, o asilo, a oficina, a prisão, o hospital, a família e as instituições disciplinares em geral são lugares de exercício do poder, de produção de saberes, práticas discursivas e de verdades. Lugares de produção de sujeitos e de *assujeitamento* de corpos e mentes. Lugares de produção de controles e

limites à vida, mas também de *margens* e possibilidades múltiplas da experiência e da vida humanas.

A pluralidade de concepções históricas e sociais sobre a infância e a juventude, e as vivências e práticas distintas relacionadas às representações e ao exercício da sexualidade, por jovens que vivem em internatos destinados ao cumprimento de medida socioeducativa, abrigos e demais instituições asilares, são as problemáticas enfrentadas por Pedro Bicalho, Luan Carpes Bassal e Mayra Bressy Lameirão. De acordo com a pesquisa, os autores demonstram como a experiência de abrigo, via de regra, vem cumprindo uma função de exclusão desses sujeitos, promovendo a legitimação dos modos de existência socialmente tidos como “*normais*”. Desse modo, as instituições restringem as possibilidades de experimentação da sexualidade, direito humano que deve ser garantido. Está presente na pesquisa a preocupação de intervir na realidade social a partir da promoção do debate sobre a temática no interior dessas instituições, junto a gestores, profissionais e aos jovens, de modo a permitir o exercício autônomo do corpo e da sexualidade.

É relevante considerar a atualidade e a importância dos temas analisados nos artigos aqui reunidos para as políticas sociais e educativas destinadas à infância e à adolescência. Os estudos dão a ver o estado da arte das pesquisas sobre asilos e internatos no Brasil, de modo a viabilizar o avanço do conhecimento sobre a gênese de instituições educacionais e da *forma escolar* moderna. Expressos na diversidade de modelos, práticas e iniciativas pedagógicas direcionadas às *infâncias*, pertencentes a grupos socioculturais e étnicos heterogêneos, em diferentes espaços e tempos históricos, os artigos nos levam a conhecer asilos e instituições criadas em épocas diferentes, com o objetivo de recolher, acolher, educar meninos e meninas nos mistérios de seus sexos.

A história do asilamento (ou internação) de crianças e adolescentes no Brasil tem repercussões até os dias de hoje. A análise da documentação histórica sobre a assistência à infância dos séculos XIX e XX revela que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas. Irmandades e ordens religiosas, apoiadas por setores governamentais, tiveram um papel histórico estratégico no asilamento dos filhos e filhas das famílias populares (RIZZINI, RIZZINI, 2004).

Além das contribuições acadêmicas, a publicação tenciona estreitar o diálogo com os chamados educadores sociais e agentes de promoção dos direitos da criança e do adolescente. Trata-se de um grupo profissional heterogêneo, mas que, consensualmente, se ressentido do afastamento da universidade em relação aos desafios que enfrentam no cotidiano de sua atuação na garantia de

direitos. Para esses profissionais, os estudos históricos aqui reunidos trazem alguns subsídios para pensar as complexas relações entre passado e presente, de modo a qualificar os debates sobre questões que permeiam suas práticas junto a essa população. Do mesmo modo, as reflexões presentes nos diversos artigos também são férteis para qualificar a formação de professores e de alunos da graduação. As práticas educativas de futuros mestres, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros e outras categorias de profissionais, muitas vezes, se dão no interior de internatos. Compreender as relações de poder estabelecidas no interior de tais instituições, os estigmas trazidos pelas crianças e adolescentes e aspectos históricos da cultura institucional poderá nos auxiliar a ressignificar o nosso trabalho e a atuação junto às crianças e adolescentes no tempo presente.

Referências bibliográficas

FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2006.

GONDRA, José; **SCHUELER**, Alessandra. Educação, poder e sociedade no Império brasileiro. *Biblioteca Básica de História da Educação*, v. 1, São Paulo; Cortez, 2008.

RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Tese de Doutorado), UFRJ/IFCS/PPGHIS.

RIZZINI, Irene; **RIZZINI**, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC, São Paulo: Loyola, 2004.